



Alexandre Garcia

Os que pretendem atingir o governo atingem também o país. A divergência ideológica move os que não têm pejo de falar mal do país em que nasceram, passando por cima do princípio de patriotismo

Nós, lá fora

Por que a imagem do Brasil no exterior está tão deteriorada? Essa pergunta me fizeram em uma palestra sobre Comunicação Estratégica, para oficiais superiores que irão comandar unidades do Exército pelo país. Os ministros da Agricultura e Turismo, recém-chegados de reuniões do G7 e G20 em Roma, ficaram com a impres-

são de que a imagem do Brasil nunca esteve tão ruim. O ministro Gilson Machado, que não leva desaforo para casa, prepara contra-ofensiva pelo bom nome do nosso país. Por que imagem negativa, se temos tantos dados positivos para mostrar ao mundo? Estaríamos escondendo o bom mostrando o ruim?

A origem dessa propaganda negativa é política e comercial. Os que pretendem atingir o governo atingem também o país. O jejum da Lei Rouanet ajuda a turbinar a campanha; a divergência ideológica move os que não têm pejo de falar mal do país em que nasceram, passando por cima do princípio de patriotismo, em que a gente pode falar mal aqui dentro, mas lá fora defende sempre. Apátridas não se importam com isso.

A concorrência comercial é um ingrediente importante na propaganda anti-Brasil. Estamos cada vez mais

importantes no comércio mundial. Carne, soja, sucos, minérios. Um em cada cinco pratos no planeta tem alimento brasileiro. E o alimento é o mais essencial dos combustíveis. A ministra Tereza Cristina teve que ir a Roma desfazer armadilhas contra nossas exportações. Destinos turísticos do mundo sentem o poder brasileiro no turismo de natureza.

O mote é a Amazônia, embora sejamos o país que mais preserva seu solo, cerca de 60% da área nacional. Semana passada, o Ministério da Defesa

demonstrou a adidos militares de 34 países o que as Forças Armadas vêm fazendo pela Amazônia. Na agricultura e pecuária, tecnologia e sustentabilidade são palavras de ordem no setor. No entanto, o preconceito ideológico é forte. E miram no governante não se importando em acertar o país, tal como aconteceu na pandemia. Os que adotaram o coronavírus como parceiro para contra o governo, debilitaram a renda nacional, o emprego e as empresas. No exterior, para atingir o governo, sujam a imagem dos brasileiros.

CONGRESSO / Comissão Especial da Câmara se prepara para neutralizar articulação bolsonarista em favor de mudança no sistema de votação. Segundo parlamentares, live do presidente sem comprovação de fraudes enfraquece movimento contra a urna eletrônica

A trincheira do voto impresso

» AUGUSTO FERNANDES

A Comissão Especial da Câmara que analisa a proposta de emenda à Constituição (PEC) para instituir o voto impresso definirá amanhã se aceita ou não o texto substitutivo à matéria elaborado pelo deputado Filipe Barros (PSL-PR), relator do tema. O cenário é desfavorável para o parlamentar, que ainda não conseguiu reverter a orientação da maioria dos integrantes do colegiado, e a tendência é de que o parecer dele não seja aprovado, enterrando as discussões da pauta defendida pelo presidente Jair Bolsonaro.

A postura de Bolsonaro nas últimas semanas também deve ser um fator decisivo para que a PEC não avance no Congresso. O fato de ele ter feito um anúncio em TV aberta para apresentar as fraudes das urnas eletrônicas, mas na verdade ter recorrido a materiais que já foram desmentidos e não ter entregado nada de concreto, foi avaliado por deputados como

um sinal de que não há motivos para se mudar o sistema eleitoral.

Parlamentares também reprovam o chefe do Executivo pelas críticas diárias ao presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, e à Corte eleitoral. Segundo Fernanda Melchionna (PSol-RS), o Congresso não pode embarcar nessa tese e, portanto, tem de rejeitar a PEC do voto impresso. “Seria um absurdo, depois das declarações do Bolsonaro, a comissão aprovar um projeto que representa um retrocesso e que serve apenas para criar espantalhos diante da crescente rejeição ao governo do presidente”, pondera. “Não podemos fazer coro a um discurso golpista, ainda mais depois de ter sido aberto um processo administrativo contra Bolsonaro pelas falas absurdas contra o processo eleitoral”, acrescenta a deputada.

Apesar disso, o relator Filipe Barros tem uma última cartada. Ele procurou o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, na esperança de que o governo conseguisse construir um acordo com

os deputados que compõem a comissão especial. Ciro foi escolhido por Bolsonaro para chefiar a Casa Civil justamente para melhorar a interlocução do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional. Dessa forma, Barros aposta na experiência do ministro como parlamentar para mudar o jogo. Segundo o deputado, Ciro não pode se furtar a defender uma matéria que interessa a Bolsonaro.

De todo modo, os deputados do colegiado não acreditam que a interferência do ministro seja capaz de dar sobrevida à pauta. Isso porque o texto de Barros não agrada à comissão especial, por deixar bem claro que a cédula impressa com os votos de cada eleitor não servirá apenas para fins de auditoria, que era o objetivo inicial da PEC formulada por Bia Kicis (PSL-DF).

O parecer do deputado também prevê que ela será o único meio utilizado durante a apuração em algumas seções eleitorais. A urna eletrônica, dessa

forma, serviria apenas para os eleitores digitarem os números dos candidatos. As informações coletadas pelo aparelho seriam descartadas.

“Enquanto estiver em andamento o processo de implantação gradual, a apuração nas seções eleitorais equipadas com módulo impressor será realizada, exclusivamente, com base nesses registros. Nas demais seções eleitorais em que o registro impresso do voto não estiver ainda implementado, a apuração ocorrerá com base nos registros eletrônicos”, diz o texto do relator.

De acordo com Barros, a apuração apenas com as cédulas de papel não seria passível de fraudes porque essa contagem seria automatizada, com a utilização de equipamentos de contagem dos votos que permitam a verificação visual do conteúdo de cada voto. Esse procedimento, segundo o parlamentar, evitaria desvios na contabilização dos votos.

O substitutivo prevê que a apuração nas seções equipadas com

módulo impressor seja realizada pela mesa receptora de votos nas seções eleitorais imediatamente após o término do período de votação, sendo facultada a presença de eleitores, nos termos de regulamentação a ser expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segurança

Há um temor, entre os deputados que compõem a comissão especial, de que a implementação desse sistema coloque as eleições em risco. A manipulação dos votos é o que mais preocupa os parlamentares, que alertam para a possibilidade de violação das cédulas de papel e de demora para o fim da apuração dos votos.

“A apuração vai acontecer dentro das zonas eleitorais. Muitas delas são inacessíveis e tomadas pela milícia. Serão toneladas de papéis manipulados por meios ilícitos. Imagina a confusão. Cédulas serão roubadas, votos serão falsificados. Como controlar tudo isso? Vai resultar em uma

judicialização sem fim”, reclama Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Para Hildo Rocha, (MDB-MA), caso Barros mantenha o texto da forma como está, a matéria não será aprovada. Mesmo assim, o parlamentar diz que, por conta da politização do tema, alguns deputados não devem mudar o entendimento sobre a PEC. A última sessão do colegiado, antes do recesso parlamentar de julho, foi marcada por discussões acaloradas. O relatório deveria ter sido votado naquele encontro, mas parlamentares governistas conseguiram adiar.

“Bolsonaro não tem interesse nenhum na aprovação dessa matéria, ele só quer fazer barulho, e isso atrapalha”, analisa Rocha. “Não acredito que as urnas eletrônicas sejam fraudulentas ou frágeis de alguma forma, mas sou a favor de que tenhamos mais segurança na hora da votação. Contudo, a proposta do relator facilita a fraude e a quebra do sigilo do eleitor. Em vez de melhorar vai piorar”, completa o deputado.

»» entrevista PROFESSOR ISRAEL BATISTA | DEPUTADO FEDERAL (PV-DF)

“Debate não se faz sob ameaça”

» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» JOÃO VITOR TAVAREZ*

Integrante da Comissão Especial que trata do voto impresso no Congresso Nacional, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) está convencido de que a discussão não é técnica. Trata-se tão somente de um estratégia, engendrada pelo presidente Jair Bolsonaro e seguidores, para tumultuar o processo eleitoral. O parlamentar acredita ser possível chegar a uma posição definitiva amanhã, data prevista para se decidir sobre a questão. “Estamos virando, um a um, o voto dos parlamentares. Queremos enterrar esse assunto ainda na Comissão Especial”, disse Batista. Em entrevista ao CB.Poder, uma produção do Correio Braziliense e da TV Brasília, o parlamentar está convencido de que os partidos não embarcarão em uma “aventura antidemocrática” e devem encerrar a polêmica em breve.

O que mais o preocupa nessa discussão sobre o voto impresso?

O que mais me preocupa é que não se trata de uma discussão técnica. É uma discussão de chantagem, de ameaça. Quem decide o formato das eleições é o Congresso Nacional, o Poder Legislativo. Quem executa é o Tribunal Superior Eleitoral. E o que nós temos é o presidente da República dizendo que se não for do jeito dele, as eleições não vão acontecer.

Na questão do voto impresso, não existem apenas divergências. Há ataques contra outros Poderes da República.

O ataque às instituições é outro ponto que identifica um ditador. Bolsonaro só não é ditador porque não consegue ser — mas, se ele puder, será. Ele ataca o Congresso Nacional, o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal. Por quê? Porque ele não gosta de instituições. São as instituições que decidem como será exercido o poder que ele tem. Realmente, ele tem o poder de presidente da República. Mas esse poder não é exercido do jeito que ele quiser. É do jeito que as leis organizam.

O senhor até utiliza um termo: Bolsonaro é antiinstitucional.

Ele é antiinstitucional. É um presidente que não gosta das instituições, porque as instituições limitam o poder dele. Bolsonaro é poderoso. Todos devemos respeitar isso. Afinal, ele é o presidente da República. Mas esse poder deve ser exercido segundo algumas regras. E as regras dizem que não é ele que tem o poder de decidir como será feita a eleição do ano que vem. E ele não quer aceitar isso. Na verdade, esse é um prenúncio da fragorosa derrota eleitoral que ele espera sofrer. Para esse presidente, que não aceita as regras do jogo, agir como uma criança mimada. Ele é aquele menino que, quando percebe que está perdendo o jogo, retira a bola do campo e não deixa ninguém mais jogar.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press - 15/6/21



Bolsonaro só não é ditador porque não consegue ser — mas, se ele puder, será. Ele ataca o Congresso Nacional, o TSE e o STF. Por quê? Porque ele não gosta de instituições”

Como a bola vai correr na Comissão Especial?

Estamos agindo com muita dureza na Comissão Especial, enfrentando os radicais bolsonaristas que infestaram as redes sociais, agressivamente, sempre usando o modelo de ameaça. E estamos virando, um a um, o voto dos parlamentares. Queremos enterrar esse assunto ainda na Comissão Especial. Impusemos ao presidente da Comissão (Paulo Martins — PSC/PR), que é um bolsonarista aguerrido, um duro empate de 15 a 15 na última votação. E nós viramos o jogo. Sabe por quê? Porque até mesmo aqueles parlamentares que em apoiavam o governo em al-

guns assuntos — como na pauta econômica, por exemplo — perceberam que o presidente Bolsonaro é um aventureiro. Os partidos perceberam que estavam ingressando em uma aventura antidemocrática, perigosa.

Em determinado momento, na Comissão Especial, o senhor entendeu que a discussão sobre o voto impresso estava muito técnica. Quando, na verdade, havia outro perigo maior, político. E vocês reagiram. Como foi isso?

Do ponto de vista técnico, é muito simples. Existe todo um corpo técnico do TSE, de cientistas da informática, de dados, que

podem fazer isso muito melhor do que nós. O aperfeiçoamento deve ser constante. O debate é muito bom, importante para o país. Mas ele não pode ser feito sob ameaça. A gente não pode debater esse assunto porque o presidente Bolsonaro exige. Não é ele que exige. A lei diz que o Congresso decide sobre isso, e o TSE organiza. Então, o que eu disse aos colegas da Comissão Especial — Arlindo Chinaglia, Fernanda Melchionna, Isnaldo Bulhões — é de que não podemos agir sob ameaça e sob chantagem. Temos que ser firmes e levar esse debate para o campo da política. Em resumo, o que vai acontecer é seguinte: se

tivermos só a urna eletrônica, ele vai contestar o resultado da eleição. E se nós tivermos voto impresso, ele também vai questionar o resultado.

Ou seja, a discussão não é técnica.

De forma alguma. Ele quer tumultuar o cenário. Quer impor condições impossíveis de serem praticadas até o ano que vem, porque o sistema é muito complexo. Ele que gerar motivo para que, dentro de sua torcida organizada mais radical, possa manter uma narrativa de que foi injustiçado, de que foi perseguido. Quando, na verdade, o governo dele é absolutamente incompetente.

Como a pressão pelo voto impresso, com ameaças e intimidações, ficará lá na frente? A democracia brasileira tem condições de suportar essa instabilidade?

É preciso agir muito rapidamente. As instituições precisam responder, e a resposta do Tribunal Superior Eleitoral é a mais importante dos últimos anos. Finalmente enfrentaram o valentão. Pediram a abertura de inquérito contra ele — veja a que ponto chegamos, é algo muito sério. O presidente não reúne condições necessárias para implantar uma ditadura: não tem apoio de todo o empresariado, nem apoio popular. Mas sabemos que, para um golpe dar certo, tem que ser muito violento. E me parece haver uma disposição de incentivo à violência. Onde isso vai parar? As instituições se sustentam, mas com custo altíssimo. Nos Estados Unidos, 36% dos norte-americanos acreditam que o presidente Joe Biden é ilegítimo, e esse é o ovo da serpente.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza